

## Resumo Executivo - PL nº 2500 de 2022

**Autor**: Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT) **Apresentação**: 20/09/2022

**Ementa:** Altera a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, para estabelecer prioridade na aquisição pela administração pública federal de alimentos produzidos por agricultores familiares e por empreendimentos familiares rurais.

Orientação da FPA: Favorável ao Projeto

## Situação atual:

Relator atual: Senador Humberto Costa

**Último local:** 02/05/2023 - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

**Último estado:** 09/05/2023 - Matéria com a Relatoria

## **Principais pontos**

• O Projeto altera Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, que institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil, para estabelecer que serão **priorizados alimentos produzidos por agricultores familiares e empreendimentos familiares rurais**, nas aquisições por parte de Administração Pública Federal. A fim de abastecer, especialmente, as



Da rede socioassistencial:

Dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição

Das redes públicas de ensino e de saúde;

Das unidades de internação do sistema socioeducativo e dos estabelecimentos prisionais

Dos demais órgãos e entidades da administração pública,

Para o atendimento de outras demandas definidas pelo Grupo Gestor do Programa Alimenta Brasil

demandas

## **Justificativa**

- Atualmente, a lei n\u00e3o prioriza a aquisi\u00e3\u00e3o de produtos da agricultura familiar pelo governo federal, o que dificulta a efetividade do programa, pois sua implementa\u00e3\u00e3o depende de recursos espec\u00edficos no Or\u00e9amento Geral da Uni\u00e3o.
- Portanto, o Projeto de Lei propõe incluir na legislação o que já está estabelecido no decreto do
  Poder Executivo federal, definindo de forma clara e obrigatória como os alimentos
  adquiridos devem ser utilizados. E com essa prioridade, os órgãos do governo federal
  reservarão os recursos necessários em seus orçamentos para cumprir a nova lei.
  Ampliando os benefícios do Programa Alimenta Brasil e suas consequências positivas.
- É importante destacar que **não haverá um aumento significativo nos gastos públicos**, pois os órgãos governamentais já investem recursos na compra de alimentos. Porém, eles deveriam **priorizar a aquisição de produtos de agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais**, em vez de ser uma escolha opcional ou limitada ao orçamento do programa.
- Mediante o exposto, nos posicionamos favoráveis ao Projeto de Lei.